

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	21
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	50
Proposta de Orçamento de Capital	51
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	52

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	53
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	56
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202.308
Preferenciais	384.203.962
Total	786.406.270
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,79296
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,79296
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,36691
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,79296
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11265
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11265
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11265
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Ordinária		0,11921
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11921
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.206.964	1.249.895	1.300.608
1.01	Ativo Circulante	64.528	64.879	83.232
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.590	25.712	49.663
1.01.03	Contas a Receber	16.923	25.997	20.415
1.01.03.01	Clientes	1.303	932	1.200
1.01.03.01.01	Concessionárias	0	932	1.200
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.620	25.065	19.215
1.01.03.02.01	Rendas a receber	15.620	25.065	19.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.805	7.717	7.991
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.805	7.717	7.991
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.210	5.453	5.163
1.01.08.03	Outros	6.210	5.453	5.163
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	6.162	5.405	5.115
1.02	Ativo Não Circulante	1.142.436	1.185.016	1.217.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.300	1.373	1.203
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.300	1.373	1.203
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	713	652	550
1.02.01.09.04	Prêmio de risco - GSF	491	539	102
1.02.01.09.05	Outros créditos	96	182	551
1.02.03	Imobilizado	1.126.517	1.166.383	1.201.996
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.090.471	1.125.842	1.159.910
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	36.046	40.541	42.086
1.02.04	Intangível	14.619	17.260	14.177
1.02.04.01	Intangíveis	14.619	17.260	14.177
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.861	16.582	13.394
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	387	245	337
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	371	433	446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.206.964	1.249.895	1.300.608
2.01	Passivo Circulante	133.032	141.459	103.739
2.01.02	Fornecedores	2.846	2.218	4.762
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.846	2.218	4.762
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.976	65.675	40.529
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75.933	65.588	40.490
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	67.333	53.504	31.541
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.600	12.084	8.949
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	37	25	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6	62	33
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.488	11.985	8.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.488	11.985	8.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.488	11.985	8.488
2.01.05	Outras Obrigações	39.636	51.170	39.092
2.01.05.02	Outros	39.636	51.170	39.092
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.541	43.920	32.459
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.574	4.584	4.268
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.521	2.666	2.365
2.01.06	Provisões	6.086	10.411	10.868
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23	57	39
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	23	57	39
2.01.06.02	Outras Provisões	6.063	10.354	10.829
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.063	10.354	10.829
2.02	Passivo Não Circulante	184.276	183.670	179.762
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	85.269	82.957	80.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	85.269	82.957	80.830
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	85.269	82.957	80.830
2.02.02	Outras Obrigações	43.886	45.223	44.196

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.02	Outros	43.886	45.223	44.196
2.02.02.02.05	Uso do bem público	43.023	45.175	43.845
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	863	48	351
2.02.03	Tributos Diferidos	37.438	39.170	41.992
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.438	39.170	41.992
2.02.04	Provisões	17.683	16.320	12.744
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.441	10.073	9.167
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.774	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	125	110	235
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	711	642	505
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.831	9.321	8.427
2.02.04.02	Outras Provisões	4.242	6.247	3.577
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.242	6.247	3.577
2.03	Patrimônio Líquido	889.656	924.766	1.017.107
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	70.351	189.026	259.794
2.03.04.01	Reserva Legal	47.030	44.640	38.793
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	48.066	5.302
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	10.403	62.666	31.045
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	33.654	184.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-83.523	-61.975
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	373	331	356

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	176.791	278.750	215.448
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-69.293	-60.218	-55.757
3.02.01	Custo com energia elétrica	-1.155	-1.445	-2.157
3.02.02	Custo de operação	-68.138	-58.773	-53.600
3.03	Resultado Bruto	107.498	218.532	159.691
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.390	-15.050	-27.150
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.687	-15.172	-14.613
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-10.244	-14.063	-14.220
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-1.443	-1.109	-393
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	122	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.703	0	-12.537
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	94.108	203.482	132.541
3.06	Resultado Financeiro	-32.569	-63.687	-45.702
3.06.01	Receitas Financeiras	4.191	8.604	8.384
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.760	-72.291	-54.086
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.539	139.795	86.839
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.727	-44.396	-33.358
3.08.01	Corrente	-15.480	-47.204	-34.857
3.08.02	Diferido	1.753	2.808	1.499
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.812	95.399	53.481
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	47.812	95.399	53.481
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,08465	0,17517	0,09543
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,08465	0,17517	0,09543
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,08465	0,17517	0,09543

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,08465	0,17517	0,09543
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,08465	0,17517	0,09543
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,08465	0,17517	0,09543

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	47.812	95.399	53.481
4.02	Outros Resultados Abrangentes	42	-25	134
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	63	-38	203
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-21	13	-69
4.03	Resultado Abrangente do Período	47.854	95.374	53.615

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	122.242	202.931	146.992
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	150.349	255.423	191.612
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.539	139.795	86.839
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	51.176	44.085	37.836
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	132	158	12.552
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.982	52.144	34.785
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	2.569	6.051	7.104
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	123	-101	117
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	3.785	1.737	1.963
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	92	1.448	1.880
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	7.032	6.847	6.676
6.01.01.15	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-2	0	0
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	-14	-28	0
6.01.01.17	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	3.887	3.218	1.751
6.01.01.18	Amortização do prêmio de risco - GSF	48	48	87
6.01.01.19	Outros	0	21	22
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.107	-52.492	-44.620
6.01.02.01	Concessionárias	-379	276	-582
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-1.532	-2.693	-2.534
6.01.02.03	Rendas a receber	9.445	-5.850	-790
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-59	-102	-67
6.01.02.06	Prêmio de risco - GSF	0	-485	-237
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-663	71	-1.241
6.01.02.08	Fornecedores	628	-2.544	-596
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-5.993	-918	-5.047
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	-25	218	1
6.01.02.13	Provisões	-7.233	-5.384	-4.633
6.01.02.14	Uso do bem público	-4.731	-4.405	-4.001

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	684	5	-947
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-18.249	-30.681	-23.946
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.569	-6.641	-6.099
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-8.569	-6.641	-6.099
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-115.795	-220.241	-172.276
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-89.090	-168.989	-132.003
6.03.05	Pagamentos de encargos de dívidas	-26.705	-51.252	-40.273
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.122	-23.951	-31.383
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.712	49.663	81.046
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.590	25.712	49.663

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-83.523	0	-83.523
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	189.026	-83.523	331	924.766
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.945	-35.019	0	-82.964
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.945	0	0	-47.945
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-35.019	0	-35.019
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.812	42	47.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.812	0	47.812
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	42	42
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	63	63
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-21	-21
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-70.730	70.730	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.390	-2.390	0	0
5.06.04	Dividendo adicional proposto	0	0	10.403	-10.403	0	0
5.06.05	Compensação de ajustes de exercícios anteriores	0	0	-83.523	83.523	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	70.351	0	373	889.656

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-61.975	0	-61.975
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	259.794	-61.975	356	1.017.107
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.615	-48.434	0	-125.049
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-48.434	0	-48.434
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	62.666	0	0	62.666
5.04.10	Distribuição de Reservas - RCA	0	0	-115.529	0	0	-115.529
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.399	-25	95.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.399	0	95.399
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-25	-25
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-38	-38
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	13	13
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.847	-68.513	0	-62.666
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.847	-5.847	0	0
5.06.06	Dividendo adicional proposto	0	0	0	-62.666	0	-62.666
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	189.026	-83.523	331	924.766

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-45.917	0	-45.917
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	804.459	14.473	321.434	-45.917	222	1.094.671
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-65.116	-66.063	0	-131.179
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-35.018	0	-35.018
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	31.045	-31.045	0	0
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-34.953	0	0	-34.953
5.04.10	Distribuição de lucros retidos	0	0	-61.208	0	0	-61.208
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.481	134	53.615
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.481	0	53.481
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	134	134
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	203	203
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-69	-69
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.476	-3.476	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.476	-3.476	0	0
5.07	SalDOS Finais	804.459	14.473	259.794	-61.975	356	1.017.107

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	204.031	319.462	251.298
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.055	307.446	237.743
7.01.02	Outras Receitas	48	212	205
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.928	11.804	13.350
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.879	-28.956	-47.212
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	506	56	-825
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.363	-25.619	-23.504
7.02.04	Outros	-5.022	-3.393	-22.883
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-1.779	-1.658	-1.543
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-3.243	-1.735	-21.340
7.03	Valor Adicionado Bruto	177.152	290.506	204.086
7.04	Retenções	-51.303	-44.176	-37.906
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.303	-44.176	-37.906
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	125.849	246.330	166.180
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.407	9.023	8.610
7.06.02	Receitas Financeiras	4.407	9.023	8.610
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	130.256	255.353	174.790
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	130.256	255.353	174.790
7.08.01	Pessoal	11.916	12.578	10.135
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.417	10.021	8.103
7.08.01.02	Benefícios	1.837	1.933	1.559
7.08.01.03	F.G.T.S.	662	624	473
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.356	74.679	56.662
7.08.02.01	Federais	33.094	74.175	56.224
7.08.02.02	Estaduais	111	406	438
7.08.02.03	Municipais	151	98	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.172	72.697	54.512
7.08.03.01	Juros	36.760	72.291	54.086

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.02	Aluguéis	412	406	426
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.812	95.399	53.481
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	35.019	48.434	35.018
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.793	46.965	18.463

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2017 foi marcado por melhorias no desempenho operacional da usina. Apesar do cenário hidrológico desfavorável, conseguimos avançar com a execução do programa de modernização das unidades geradoras, o que permitiu potencializar a performance do empreendimento. Norteados pela valorização e desenvolvimento do capital humano, promovemos treinamentos e implementamos melhorias em segurança. Ao longo do ano, também atuamos junto às comunidades executando projetos socioambientais, como a obra do dique na UHE Lajeado concluída no final de 2017, que irá operar para diminuir o risco de aprisionamento de peixes na área da barragem.

Para 2018, temos o compromisso com a melhoria contínua, embasado pela cultura organizacional da Companhia. Agradeço aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada em nosso trabalho, e também, aos colaboradores pela dedicação e comprometimento.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2017, a energia gerada foi de 2.588,6 GWh, 12,4% inferior aos 2.954,2 GWh gerados em 2016 devido ao cenário hidrológico desfavorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 94,9%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 93,2% (apurada com base nos últimos 60 meses), índice superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2017	2016	%
Receita operacional líquida	176.791	278.750	-36,6%
Gastos não gerenciáveis	(1.155)	(1.445)	-20,1%
Energia elétrica comprada para revenda	465	59	688,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(1.615)	(1.504)	7,4%
Margem bruta	175.636	277.305	-36,7%
Gastos gerenciáveis	(81.528)	(73.823)	10,4%
Total PMSO	(30.352)	(29.738)	2,1%
Pessoal	(12.879)	(13.176)	-2,3%
Materiais	(1.238)	(1.099)	12,6%
Serviços de terceiros	(12.542)	(13.650)	-8,1%
Arrendamentos e aluguéis	(401)	(396)	1,3%
Provisões e contingências	(1.704)	66	-2681,8%
Outros gastos gerenciáveis	(1.588)	(1.483)	7,1%
Depreciação e amortização	(51.176)	(44.085)	16,1%
Depreciação	(48.293)	(41.937)	15,2%
Amortização	(2.883)	(2.148)	34,2%
Resultado do serviço (EBIT)	94.108	203.482	-53,8%
EBITDA	145.284	247.567	-41,3%
Margem EBITDA	82,2%	88,8%	-7,5%
Resultado financeiro líquido	(32.569)	(63.687)	-48,9%
Receitas financeiras	4.191	8.604	-51,3%
Despesas financeiras	(36.760)	(72.291)	-49,1%
LAIR	61.539	139.795	-56,0%
Imposto de renda e contribuição social	(13.727)	(44.811)	-69,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15.480)	(47.204)	-67,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.753	2.393	-26,7%
Lucro líquido	47.812	94.984	-49,7%

A Receita Operacional Líquida, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 176,8 milhões em 2017, queda de 36,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 102,0 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os Gastos Não Gerenciáveis (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 1,155 milhões no ano de 2017, redução de R\$ 0,290 milhões quando comparado ao resultado de R\$ 1,445 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os Gastos Gerenciáveis compreendidos pelos gastos com pessoal, material, serviços de terceiros, depreciação e amortização, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 81,5 milhões no ano de 2017, acréscimo de 10,4% em relação ao ano de 2016, sendo em decorrência da depreciação acelerada que ocorreu a partir de junho de 2016, e R\$ 1,7 milhões em contingências referente a dois autos de infração lavrados pertinente a diferencial de alíquota de ICMS em operações interestaduais.

No ano de 2017 o EBITDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) alcançou R\$ 145,3 milhões, valor 41,3% inferior ao alcançado em 2016, devido à menor receita de arrendamento do período.

O Resultado Financeiro Líquido em 2017 variou positivamente em R\$ 31,1 milhões, 48,9% em relação a 2016, principalmente em função do Ajuste a Valor Presente (AVP) das ações preferenciais das classes A, B e C (consideradas como encargos de dívidas de acordo com o CPC 39).

Desse modo a Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 47,8 milhões, 49,7% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da menor receita de arrendamento e encargos de dívida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2017 totalizaram R\$ 8,5 milhões sendo: R\$ 0,8 milhões em reservatórios, barragens e adutoras, R\$ 0,1 milhões em edificações, obras civis e benfeitorias, R\$ 7,2 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 0,5 milhões em Outros, 28,3% superior ao ano de 2016.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento financeiro atingiu R\$ 93,8 milhões em 2017 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) não apresentando variação significativa em relação ao endividamento do ano de 2016.

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2017 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2017, foram investidos R\$ 8,9 milhões em proteção ambiental.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e a usina.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Pelos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, interagindo com diversos públicos, e não somente com a comunidade local.

Comerciais via rádio: Outro veículo que atinge grande parte da população é o rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na rádio CBN com foco institucional e informativos com temas pontuais.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina, acompanhados por técnicos das áreas de comunicação e/ou segurança do trabalho. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo em 3D que demonstra todo o funcionamento da usina e a outro com orientações de segurança. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil e quinhentas pessoas de diferentes locais do país, e de outros países, conheceram a usina.

Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas saudáveis, a Investco patrocina uma série de eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2017 a Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noletto, de Miracema, foram contempladas com este programa. Foram beneficiados 703 alunos que receberam kits com material escolar, incluindo o jogo “Desafio dos Cubos” que dissemina conceitos sobre segurança com energia elétrica. Além disso, 57 educadores participaram da oficina “Desenvolvendo Habilidades Socioemocionais”. O Concurso Arte com Energia 2017, motivou alunos e professores a refletirem sobre o tema “Segurança com Energia Elétrica: a vida sempre em primeiro lugar” e produziram mascotes com materiais recicláveis. As escolas também receberam a Cia. Trem Bão de Teatro e Música, com o espetáculo teatral “Segura a Vida. Vida Segura”.

Projeto Aprender e Crescer 3: Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficia 200 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado: A empresa patrocinou a terceira edição do “Encontro de Arte e Cultura de Lajeado/TO”, cujo objetivo foi disseminar junto a alunos, professores, gestores de órgãos públicos, responsáveis pela manutenção e preservação do meio ambiente e moradores, a arte e cultura do município de Lajeado. O projeto uniu o trabalho artesanal da AMAE, a visitação à Usina de Lajeado, a gastronomia e apresentações culturais regionais.

Boca Livre: Iniciativa voltada a todos os colaboradores (inclusive terceiros) presentes no ambiente de trabalho. Consiste em apresentações de temas contemporâneos, que podem ou não fazer referência ao trabalho, mas que faz sentido à vida de forma geral. O tema “Por que a vida sempre em primeiro lugar...” foi retratado pelo eletricitista Flávio Peralta, acidentado após sofrer um acidente de trabalho em 1997, quando trocava um transformador.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em fevereiro de 2016, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas aos exercícios de 2016 e 2017. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2016.

Em 2017, a PwC e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Base de Cálculo		2017 (R\$ mil)			2016 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)		176.791			278.750		
Resultado operacional (RO)		94.108			203.482		
Folha de pagamento bruta (FPB)		11.126			10.824		
2 - Indicadores Sociais Internos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		882	7,92%	0,50%	872	8,06%	0,31%
Encargos sociais compulsórios		2.520	22,65%	1,43%	2.587	23,90%	0,93%
Previdência privada		287	2,58%	0,16%	295	2,72%	0,11%
Saúde		666	5,99%	0,38%	533	4,92%	0,19%
Segurança e saúde no trabalho		50	0,45%	0,03%	53	0,49%	0,02%
Educação		13	0,12%	0,01%	21	0,20%	0,01%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		345	3,10%	0,20%	71	0,66%	0,03%
Creches ou auxílio-creche		51	0,46%	0,03%	39	0,36%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		1.105	9,93%	0,63%	1.218	11,26%	0,44%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		30	0,27%	0,02%	204	1,88%	0,07%
Total - Indicadores sociais internos		5.949	53,47%	3,37%	5.894	54,46%	2,11%
3 - Indicadores Sociais Externos		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação		56	0,06%	0,03%	15	0,01%	0,01%
Cultura		935	0,99%	0,53%	764	0,38%	0,27%
Saúde e saneamento		400	0,42%	0,23%	-	0,00%	0,00%
Esporte		-	0,00%	0,00%	147	0,07%	0,05%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		58	0,06%	0,03%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		1.449	1,54%	0,82%	926	0,45%	0,33%
4 - Indicadores Ambientais		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		8.952	9,51%	5,06%	6.945	3,41%	2,49%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente*		8.952	9,51%	5,06%	6.945	3,41%	2,49%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%			☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2017			2016		
Nº de empregados(as) ao final do período		68			72		
Nº de admissões durante o período		5			4		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		83			74		
Nº de estagiários(as)		0			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		ND			ND		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		17			18		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0%			0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		4			4		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2017			2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		12%			9%		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)		na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		130.256			255.353		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		governo: 20,43% acionistas: 26,9% colaboradores: 9,1% retido: 28,3% terceiros: 18,3%			governo: 22,3% acionistas: 19,0% colaboradores: 4,9% retido: 26,8% terceiros: 27%		
7 - Outras Informações							
N/A - Não Aplicável							

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.590	25.712	49.663
Concessionárias	6	1.303	932	1.200
Rendas a receber	7	15.620	25.065	19.215
Impostos e contribuições sociais	8	17.805	7.717	7.991
Prêmio de risco - GSF	11	48	48	48
Outros créditos	12	6.162	5.405	5.115
Total do Ativo Circulante		64.528	64.879	83.232
Não circulante				
Depósitos vinculados	20	713	652	550
Prêmio de risco - GSF	11	491	539	102
Outros créditos	12	96	182	551
		1.300	1.373	1.203
Imobilizado	13	1.126.517	1.166.383	1.201.996
Intangível	14	14.619	17.260	14.177
		1.141.136	1.183.643	1.216.173
Total do Ativo Não circulante		1.142.436	1.185.016	1.217.376
TOTAL DO ATIVO		1.206.964	1.249.895	1.300.608
PASSIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante				
Fornecedores	15	2.846	2.218	4.762
Impostos e contribuições sociais	8	75.976	65.675	40.529
Dividendos	16	32.541	43.920	32.459
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	8.488	11.985	8.488
Benefícios pós-emprego	18	23	57	39
Uso do bem público	19	4.574	4.584	4.268
Provisões	20	6.063	10.354	10.829
Outras contas a pagar	12	2.521	2.666	2.365
Total do Passivo Circulante		133.032	141.459	103.739
Não circulante				
Tributos diferidos	9	37.438	39.170	41.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	85.269	82.957	80.830
Benefícios pós-emprego	18	711	642	505
Uso do bem público	19	43.023	45.175	43.845
Provisões	20	16.972	15.678	12.239
Outras contas a pagar	12	863	48	351
Total do Passivo Não circulante		184.276	183.670	179.762
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	21.1	804.459	804.459	804.459
Reservas de capital	21.3	14.473	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3	70.351	189.026	259.794
Outros resultados abrangentes		373	331	356
Prejuízos acumulados			(83.523)	(61.975)
Total do Patrimônio líquido		889.656	924.766	1.017.107
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.206.964	1.249.895	1.300.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2017	2016
			Reapresentado
Receitas	22	176.791	278.750
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.155)	(1.445)
Custo de operação		(68.138)	(58.773)
		<u>(69.293)</u>	<u>(60.218)</u>
Lucro bruto		107.498	218.532
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(10.244)	(14.063)
Depreciações e amortizações		(1.443)	(1.109)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.703)	122
		<u>(13.390)</u>	<u>(15.050)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		94.108	203.482
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		4.191	8.604
Despesas financeiras		(36.760)	(72.291)
		<u>(32.569)</u>	<u>(63.687)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		61.539	139.795
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(15.480)	(47.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.753	2.808
		<u>(13.727)</u>	<u>(44.396)</u>
Lucro líquido do exercício		47.812	95.399
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	26		
ON		0,08465	0,17517
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,08465	0,17517
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,08465	0,17517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	47.812	95.399
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	63	(38)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21)	13
Resultado abrangente do exercício	<u>47.854</u>	<u>95.374</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(61.975)	(61.975)
Saldos em 01 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	804.459	14.473	259.794	356	(61.975)	1.017.107
Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016			(23.752)			(23.752)
Distribuição de Reservas - RCA de 26/08/2016			(68.858)			(68.858)
Distribuição de Reservas - RCA de 19/12/2016			(46.671)			(46.671)
Lucro líquido do exercício					95.399	95.399
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal			5.847		(5.847)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(48.434)	(48.434)
Dividendo adicional proposto			62.666		(62.666)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(38)		(38)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				13		13
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	804.459	14.473	189.026	331	(83.523)	924.766
Saldos em 31 de dezembro de 2016	804.459	14.473	189.026	331	-	1.008.289
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(83.523)	(83.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	804.459	14.473	189.026	331	(83.523)	924.766
Dividendo adicional aprovado - AGO de 19/04/2017			(47.945)			(47.945)
Lucro líquido do exercício					47.812	47.812
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal			2.390		(2.390)	-
Compensação de ajustes de exercícios anteriores			(83.523)		83.523	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(35.019)	(35.019)
Dividendo adicional proposto			10.403		(10.403)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				63		63
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(21)		(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	804.459	14.473	70.351	373	-	889.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		61.539	139.795
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		51.176	44.085
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		132	158
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		19.982	52.144
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		2.569	6.051
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		123	(101)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		3.785	1.737
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		92	1.448
Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos		7.032	6.847
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		(14)	(28)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(2)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		3.887	3.218
Amortização do prêmio de risco - GSF		48	48
Outros			21
		<u>150.349</u>	<u>255.423</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(379)	276
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(1.532)	(2.693)
Cauções e depósitos vinculados		(59)	(102)
Prêmio de risco - GSF			(485)
Rendas a receber		9.445	(5.850)
Outros ativos operacionais		(663)	71
		<u>6.812</u>	<u>(8.783)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		628	(2.544)
Outros tributos e contribuições sociais		(5.993)	(918)
Benefícios pós-emprego		(25)	218
Provisões		(7.233)	(5.384)
Uso do bem público		(4.731)	(4.405)
Outros passivos operacionais		684	5
		<u>(16.670)</u>	<u>(13.028)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>140.491</u>	<u>233.612</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.249)	(30.681)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>122.242</u>	<u>202.931</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(8.569)	(6.641)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>(8.569)</u>	<u>(6.641)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(89.090)	(168.989)
Pagamentos de encargos de dívidas		(26.705)	(51.252)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	28.1	<u>(115.795)</u>	<u>(220.241)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.122)</u>	<u>(23.951)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		23.590	25.712
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25.712	49.663
		<u>(2.122)</u>	<u>(23.951)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2017	2016
		Reapresentado
Geração do valor adicionado	204.031	319.462
Receita operacional	195.055	307.446
Receita relativa à construção de ativos próprios	8.928	11.804
Outras receitas	48	212
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(26.879)	(28.956)
Custos da energia comprada	506	56
Encargos de uso da rede elétrica	(1.779)	(1.658)
Materiais	(8.538)	(4.800)
Serviços de terceiros	(13.825)	(20.819)
Outros custos operacionais	(3.243)	(1.735)
Valor adicionado bruto	177.152	290.506
Retenções		
Depreciações e amortizações	(51.303)	(44.176)
Valor adicionado líquido produzido	125.849	246.330
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.407	9.023
Valor adicionado total a distribuir	130.256	255.353
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	9.417	10.021
Benefícios	1.837	1.933
FGTS	662	624
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	33.094	74.175
Estaduais	111	406
Municipais	151	98
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	36.760	72.291
Aluguéis	412	406
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	35.019	48.434
	117.463	208.388
Lucros retidos	12.793	46.965
	130.256	255.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****1 Contexto operacional**

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma energia assegurada de 526,6 MWh.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$47.597 (R\$49.759 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 19). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); determinação da Receita de arrendamento (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1).

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 6) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**IFRIC 23 – Imposto De Renda – Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)**

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplica-se a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia**CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD na rubrica de Concessionárias.

(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Rendas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

A Companhia é arrendadora dos ativos da UHE Lajeado, conforme descrito nas notas 1.1 e 7. Visto que no CPC 06 (R2) as regras existentes para os arrendadores, em relação à norma anterior, foram substancialmente mantidas, a Administração entende que a adoção da norma não gerará efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos arrendamentos os quais a Companhia figura como arrendatária, conforme descrito na nota 29.1, a Companhia possui R\$204, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017**Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16**

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 28.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Reapresentação dos exercícios anteriores

De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes "A", "B", e "C" são registradas como Empréstimos e financiamentos (Nota 17) e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado.

A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

No exercício de 2017, a Companhia ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erros requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados. Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo:

3.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2016			01/01/2016		
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reclassificação para melhor apresentação	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Concessionárias	924		8	1.200		1.200
Outros créditos	5.413		(8)	5.115		5.115
Total do Ativo Circulante	64.879	-	-	64.879	-	83.232
TOTAL DO ATIVO	1.249.895	-	-	1.300.608	-	1.300.608
PASSIVO						
Circulante						
Impostos e contribuições sociais	12.171	53.504		8.989	31.540	40.529
Total do Passivo Circulante	87.955	53.504	-	31.540	31.540	103.739
Não Circulante						
Tributos diferidos	9.151	30.019		11.557	30.435	41.992
Total do Passivo Não circulante	153.651	30.019	-	30.435	30.435	179.762
Patrimônio Líquido						
Prejuízos acumulados		(83.523)			(61.975)	(61.975)
Total do Patrimônio líquido	1.008.289	(83.523)	-	924.766	(61.975)	1.017.107
TOTAL DO PASSIVO	1.249.895	-	-	1.300.608	-	1.300.608

3.2 Demonstração do Resultado

	2016		
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais	Reapresentado
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(68.472)	(3.819)	(72.291)
	(59.868)	(3.819)	(63.687)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	143.614	(3.819)	139.795
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.060)	(18.144)	(47.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.393	415	2.808
	(26.667)	(17.729)	(44.396)
Resultado líquido do exercício	116.947	(21.548)	95.399

Notas Explicativas**Notas explicativas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**3.3 Demonstração do Fluxo de Caixa**

	2016	
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	143.614	(3.819)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(601)	3.819
Caixa aplicado nas atividades operacionais	233.612	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.641)	-
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	(220.241)	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(23.951)	-

3.4 Demonstração do Valor Adicionado

	2016	
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais
Valor adicionado total a distribuir	255.353	-
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	56.446	17.729
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	68.472	3.819
	186.840	21.548
Lucros retidos	68.513	(21.548)
	255.353	-

3.5 Demonstração do Resultado Abrangente

	2016	
	Publicado	Efeito da tributação sobre ações preferenciais
Lucro líquido do exercício	116.947	(21.548)
Resultado abrangente do exercício	116.922	(21.548)

4 Eventos significativos no exercício**4.1 Ministério de Minas e Energia – MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico**

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/17), o relatório “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro”. O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/17 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as alterações propostas na consulta pública.

4.2 Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA para as ações preferenciais de classe “A”

Em 2011 acionistas detentores de ações preferenciais classe “C” (PNC), apresentaram requerimento à CVM para que esta determinasse à EDP – Energias do Brasil, a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA das ações PNC por aumento de participação.

A análise realizada pela CVM sobre a conformidade das transações realizadas com as ações PNC no ano de 2008 concluiu que não houve a ocorrência do fato gerador da obrigação de realizar OPA por aumento de participação do controlador. No mesmo processo, a CVM concluiu que as aquisições de ações preferenciais classe “A” (PNA) feitas pela Rede Lajeado Energia S.A. (então sob controle do Grupo Rede Energia) ultrapassaram o limite de 1/3 da mesma classe de ações, o que ensejaria a obrigação da Lajeado Energia S.A. (sucessora da Rede Lajeado Energia S.A.) de realizar OPA das ações PNA.

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, comunicada nos termos do Ofício nº 249/2017/CVM/SER/GER-1 de 24 de agosto de 2017, a Lajeado Energia protocolou, em 10 de outubro de 2017, Pedido de Registro de Oferta Pública de Ações por Aumento de Participação, para a realização da Oferta, sob procedimento diferenciado, conforme deferido pelo Colegiado da CVM na referida decisão.

A OPA, depois de concedido o registro pela CVM, será dirigida aos detentores de PNA e se estenderá a 8.075.542 ações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	593	983
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	22.997	24.729
Total	23.590	25.712

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 90,00% a 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

6 Concessionárias

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	501	529
Energia de curto prazo	747	350
Encargos de uso da rede elétrica	55	53
Total Circulante	1.303	932

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

7 Rendas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Lajeado Energia	11.402	18.297
Paulista Lajeado	1.094	1.755
CEB Lajeado	3.124	5.013
	15.620	25.065

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 10).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 22), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2016 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2016 refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior de 4,92 p.p..

8 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2017	
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	5.702		354	18.117	(3.442)	(3.792)	16.939	
ICMS	11	4					15	
PIS e COFINS	-	714				(714)	-	
IRRF sobre aplicações financeiras	1.972	813				(1.967)	818	
Outros	32	1					33	
Total	7.717	1.532	354	18.117	(3.442)	(6.473)	17.805	
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2017
		Reapresenta- do						
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social		53.504	15.480	4.241	(132)		(5.759)	67.334
ICMS		25	966		(954)			37
PIS e COFINS		2.282	18.218		(14.915)	(3.442)	(714)	1.429
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		172	562		(613)			121
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	9.380	6.747		(9.380)			6.747
Encargos com pessoal		312	167		(171)			308
Total		65.675	42.140	4.241	(26.165)	(3.442)	(6.473)	75.976

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo de R\$9.380, em 31 de dezembro de 2016, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2016 sendo integralmente liquidado em janeiro de 2017. O saldo de R\$6.747, em 31 de dezembro de 2017, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2017 e será liquidado em janeiro de 2018.

9 Tributos diferidos

O Imposto de renda e Contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		31/12/2017	31/12/2016 Reapresenta- do	31/12/2017	31/12/2016 Reapresenta- do	2017	2016	2017	2016
Diferenças temporárias									
Benefício pós-emprego		57	58			(1)	(126)		
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		3.103	1.981			1.122	(248)		
Uso do bem público - CPC 25		16.183	16.918	3.304	3.524	(515)	779		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	9.1.1			47.964	51.233	3.269	2.326		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		192	171			42	342	(21)	13
Outras		2.626	5.645	8.331	9.186	(2.164)	(265)		
Total bruto		22.161	24.773	59.599	63.943	1.753	2.808	(21)	13
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(22.161)	(24.773)	(22.161)	(24.773)				
Total		-	-	37.438	39.170				

9.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 17).

9.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2025	2026 a 2027	Total Não circulante
3.359	3.359	3.359	2.154	2.154	4.667	3.109	22.161

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 16) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Ativo				Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Não circulante		Receitas (Despesas)	
										Operacionais	
Relacionamento				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
Preço praticado (R\$/MWh)											
Duração											
Concessionárias (Nota 6)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP São Paulo	Controle Comum	175,1	01/08/2002 a 15/12/2032	151	169					2.124	1.961
EDP São Paulo	Controle Comum	175,1	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5					66	61
Uso do sistema de transmissão											
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	17	17					222	206
				173	191	-	-	-	-	2.412	2.228
Rendas a receber (Nota 7)											
Arrendamento UHE Lajeado											
Lajeado	Controladora direta			11.402	18.297					136.828	219.570
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.124	5.013					37.487	60.156
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.094	1.755					13.121	21.055
				15.620	25.065	-	-	-	-	187.436	300.781
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)											
Devolução - Prêmio de seguro											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		31/12/2016				54				37
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 a 31/12/2017			4			26	(775)	(364)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2018					20	22	(268)	(279)
Contrato de prestação de serviços (c)											
EDP PCH	Controle Comum		01/01/2017 a 31/12/2017					842		(842)	
				-	-	4	54	862	48	(1.885)	(606)
				15.793	25.256	4	54	862	48	187.963	302.403

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

Considerando a proximidade do fim da vigência do contrato supracitado, em 22 de novembro de 2017 foi protocolado pedido de anuência prévia junto à ANEEL para o novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos a ser pactuado entre as mesmas partes relacionadas já participantes. Tal contrato possuirá vigência para os períodos de 2018 e 2019 e, atualmente, encontra-se em análise pela ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

c) Contrato de prestação de serviços: O instrumento tem por objetivo a contratação dos seguintes serviços: (i) suporte de engenharia da manutenção da UHE Lajeado; (ii) do gerenciamento do sistema elétrico, e de interface e representação entre a Companhia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (iii) suporte e questões relativas ao meio ambiente e regularização fundiária.

10.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

10.2 Remuneração dos administradores**10.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro**

	2017				2016			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	798	76	129	1.003	777	76	145	998
Benefícios de curto prazo (b)	23			23	7			7
Total	821	76	129	1.026	784	76	145	1.005

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2017			2016		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,17	1,00	4,50	3,00	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	331	76	30	321	76	29
Valor da menor remuneração individual	20	76	9	202	76	29
Valor médio da remuneração individual	259	76	29	261	76	29

11 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$539 (R\$587 em 31 de dezembro de 2016), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R\$48 (R\$48 em 2016).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outros créditos - Ativo				
Serviços em curso		537	436	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10		4	54
Estoques	12.1	5.493	4.839	
Outros		132	92	128
Total		6.162	96	182
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		358	363	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10		862	48
Obrigações sociais e trabalhistas	12.2	2.071	2.222	
Encargos setoriais		36	27	
Outros		56	1	
Total		2.521	863	48

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.1 Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os estoques da Companhia referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado (Nota 13).

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1 Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2017			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2016		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.745	(207.520)	487.225	2,00	694.745	(193.626)	501.119
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,26	333.683	(119.730)	213.953	3,24	333.427	(112.037)	221.390
Máquinas e equipamentos	3,07	416.365	(171.538)	244.827	4,54	404.717	(156.521)	248.196
Veículos	14,29	650	(466)	184	14,29	650	(419)	231
Móveis e utensílios	6,25	20	(5)	15	6,25	20	(4)	16
		1.559.973	(499.259)	1.060.714		1.548.069	(462.607)	1.085.462
Sistema de transmissão de conexão (Nota 13.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,31	8.328	(6.238)	2.090	3,33	8.328	(5.193)	3.135
Máquinas e equipamentos	3,18	73.603	(47.243)	26.360	3,25	72.883	(36.804)	36.079
		81.931	(53.481)	28.450		81.211	(41.997)	39.214
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,26	1.224	(723)	501	10,81	1.149	(615)	534
Veículos	14,29	721	(349)	372	14,29	805	(314)	491
Móveis e utensílios	6,25	750	(316)	434	6,25	394	(253)	141
		2.695	(1.388)	1.307		2.348	(1.182)	1.166
Total do imobilizado em serviço		1.644.599	(554.128)	1.090.471		1.631.628	(505.786)	1.125.842
Imobilizado em curso								
Geração		35.678		35.678		40.410		40.410
Administração		368		368		131		131
Total do imobilizado em curso		36.046	-	36.046		40.541	-	40.541
Total do imobilizado		1.680.645	(554.128)	1.126.517		1.672.169	(505.786)	1.166.383

13.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$28.450 (R\$39.214 em 31 de dezembro de 2016) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, e assim continuará até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

Notas Explicativas**Notas explicativas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**13.2 Movimentação do imobilizado**

	Nota	Valor líquido 31/12/2016	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/12/2017
Imobilizado em serviço								
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		501.119			(13.894)			487.225
Edificações, obras civis e benfeitorias		224.525		256	(8.738)			216.043
Máquinas e equipamentos		284.809		12.443	(25.564)			271.688
Veículos		722			(160)	(6)		556
Móveis e utensílios		157		356	(64)			449
Total do imobilizado em serviço		1.125.842	-	13.055	(48.420)	(6)	-	1.090.471
Imobilizado em curso								
Terrenos		2.082					(2.082)	-
Reservatórios, barragens e adutoras		738	780			(98)		1.420
Edificações, obras civis e benfeitorias		256	80	(256)				80
Máquinas e equipamentos		14.243	7.179	(12.443)			1.096	10.075
Adiantamento a fornecedores		4.191					(1.131)	3.060
Depósitos Judiciais	20.1.1.1	14.305					2.082	16.387
Outros		4.726	480	(356)		(28)	202	5.024
Total do imobilizado em curso		40.541	8.519	(13.055)	-	(126)	167	36.046
Total do imobilizado		1.166.383	8.519	-	(48.420)	(132)	167	1.126.517

14 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do intangível

	31/12/2017				31/12/2016			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(52)	26	20,00	76	(37)	39
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	8.100	(3.982)	4.118	20,00	8.100	(1.922)	6.178
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(10.420)	9.717	3,22	20.137	(9.772)	10.365
		28.315	(14.454)	13.861		28.313	(11.731)	16.582
Sistema de transmissão de conexão (Nota 13.1.1)								
Servidão permanente	27,91	111	(49)	62	13,21	111	(18)	93
		111	(49)	62		111	(18)	93
Administração								
Software	20,00	1.973	(1.648)	325	20,00	1.671	(1.519)	152
		1.973	(1.648)	325		1.671	(1.519)	152
Total do intangível em serviço		30.399	(16.151)	14.248		30.095	(13.268)	16.827
Intangível em curso								
Geração		19		19		28		28
Administração		352		352		405		405
Total do intangível em curso		371	-	371		433	-	433
Total do intangível		30.770	(16.151)	14.619		30.528	(13.268)	17.260

14.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2016	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortiza- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/12/2017
Intangível em serviço							
Software		191		304	(144)		351
Servidão permanente		93			(31)		62
Direito de concessão - Licenças ambientais		6.178			(2.060)		4.118
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	14.2.1	10.365			(648)		9.717
Total do intangível em serviço		16.827	-	304	(2.883)	-	14.248
Intangível em curso							
Software		433	409	(304)		(167)	371
Total do intangível em curso		433	409	(304)	-	(167)	371
Total do intangível		17.260	409	-	(2.883)	(167)	14.619

14.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 19). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

15 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016
Encargos de uso da rede elétrica	180	170
Materiais e serviços	2.666	2.048
Total	2.846	2.218

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16 Dividendos**

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 19 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$62.534, sendo R\$48.434 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$14.100 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2016 conforme RCA de 19 de dezembro de 2016; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$62.666, sendo R\$47.945 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$14.721 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 17.2). O JSCP foram pagos integralmente em 05 e 08 de maio de 2017 e em 22 e 23 de junho de 2017. Os dividendos adicionais foram pagos integralmente em 20 de julho de 2017, 26 de outubro de 2017 e 22 de dezembro de 2017.

Em 21 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o crédito de JSCP no montante bruto de R\$45.000, sendo R\$38.250 líquido de imposto de renda. Foram atribuíveis aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" o montante de R\$35.019 (R\$29.766 líquido de imposto de renda) e para os acionistas detentores de ações preferenciais de classes "A", "B" e "C" o montante de R\$9.981 (R\$8.487 líquido de imposto de renda) (Nota 16). Os JSCP serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	Dividendos			Pagamentos		31/12/2017
	31/12/2016	Adicionais	JSCP	Pagamentos	não realizados	
Lajeado Energia	30.053	35.000	21.729	(65.053)		21.729
CEB Lajeado	8.234	9.589	5.953	(17.823)		5.953
Paulista Lajeado Energia	2.882	3.356	2.084	(6.238)		2.084
Acionistas não controladores (*)	2.751				24	2.775
	<u>43.920</u>	<u>47.945</u>	<u>29.766</u>	<u>(89.114)</u>	<u>24</u>	<u>32.541</u>

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

		31/12/2017				31/12/2016				
		Encargos		Principal		Encargos		Principal		
Finalidade	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	8.488	40.251	45.018	93.757	11.985	41.542	41.415	94.942
Total			8.488	40.251	45.018	93.757	11.985	41.542	41.415	94.942

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$93.757 (R\$94.942 em 31 de dezembro de 2016) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em		Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em
	31/12/2016	Pagamentos				31/12/2017
Circulante						
Juros	11.985	(28.199)	19.982	4.720		8.488
	<u>11.985</u>	<u>(28.199)</u>	<u>19.982</u>	<u>4.720</u>	<u>-</u>	<u>8.488</u>
Não circulante						
Principal	41.415				3.603	45.018
Juros	41.542			(4.720)	3.429	40.251
	<u>82.957</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.720)</u>	<u>7.032</u>	<u>85.269</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Os juros provisionados de R\$19.982 estão compostos por: (i) R\$14.721 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 19 de abril de 2017 (Nota 16); e (ii) R\$5.261 referem-se ao JSCP deliberados em RCA de 21 de dezembro de 2017 (Nota 16), líquido do montante de dividendo fixo já provisionado. Todos os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 24).

17.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2018	8.488
	<u>8.488</u>
Não circulante	
2019	3.675
2020	3.381
2021	3.110
2022	2.861
2023 até 2027	11.217
2028 até 2032	61.025
	<u>85.269</u>
Total	<u>93.757</u>

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e planos de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	23	32	711	642
Contribuição definida		25		
	<u>23</u>	<u>57</u>	<u>711</u>	<u>642</u>

18.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2017 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(674)	(674)
Custo do serviço corrente	(39)	(39)
Custo dos juros	(84)	(84)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	63	63
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(734)</u>	<u>(734)</u>

18.2 Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feita adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$215 (R\$228 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 este plano tem a adesão de 48 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2016).

19 Uso do bem público - UBP

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

No exercício de 2017, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2016	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên- cias	Saldo em 31/12/2017
Circulante						
Uso do bem público	4.584	1	(5)	(4.731)	4.725	4.574
	4.584	1	(5)	(4.731)	4.725	4.574
Não circulante						
Uso do bem público	45.175	2.984	(411)		(4.725)	43.023
	45.175	2.984	(411)	-	(4.725)	43.023

20 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1			14.230	10.931	713	652
Licenças ambientais	20.2	6.063	10.354	2.742	4.747		
Total		6.063	10.354	16.972	15.678	713	652

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2017	Depósito judicial	
							31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	110	252	(226)	(122)	111	125	573	573
Cíveis	9.321		(260)	(231)	1.001	9.831		
Fiscais	-	1.805			969	2.774		
Outros	1.500					1.500		
Total	10.931	2.057	(486)	(353)	2.081	14.230	573	573
Não circulante	10.931					14.230	573	573
Total	10.931					14.230	573	573

**20.1.1.1 Cíveis
Indenizações**

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.455 (R\$3.613 em 31 de dezembro de 2016).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.376 (R\$5.708 em 31 de dezembro de 2016). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro 2017 e 2016 é de R\$16.387 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 13.2).

20.1.1.2 Fiscais

Referem-se a discussões na esfera administrativa acerca da cobrança de multas por suposta ausência de escrituração de notas fiscais relativo ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2016, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$2.774. Atualmente a Companhia apresentou defesas e aguarda os julgamentos.

20.1.1.3 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas		322	26	73
Cíveis	98.889	91.447		
Fiscais	7.506	2.995		
Total	106.395	94.764	26	73

**20.1.2.1 Cíveis
Indenizações**

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$98.241 (R\$91.032 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Desapropriações**

Referem-se a ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$58 (R\$53 em 31 de dezembro de 2016).

Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Aguarda-se julgamento do recurso.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$426 (R\$182 em 31 de dezembro de 2016).

20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$114 (R\$6 em 31 de dezembro de 2016).

20.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$8.423 (R\$6.945 em 2016). Deste montante, R\$6.747 (R\$4.784 em 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.676 (R\$2.161 em 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2017
Licenças ambientais							
Circulante	10.354	359	(6.747)	(110)	2.199	8	6.063
Não circulante	4.747			(106)	(2.199)	300	2.742
Total	15.101	359	(6.747)	(216)	-	308	8.805

21 Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2017 e 2016 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 17). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Não houve variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2017 face a 31 de dezembro de 2016. Segue a composição do Capital social:

Acionistas	31/12/2017 e 31/12/2016											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2017
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício		47.812
Constituição da reserva legal - 5%		(2.390)
		<u>45.422</u>
Destinação do lucro:		
Dividendos intermediários - JSCP	16	35.019
Dividendo adicional proposto	21.3	10.403
		<u>45.422</u>
Dividendos por ação ON - JSCP		0,07930
Dividendos por ação PNR - JSCP		0,01223

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	21.3.1	14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		47.030	44.640
Retenção de lucros	21.3.2		48.066
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	21.3.3	12.918	33.654
Dividendo adicional proposto	21.2 e 21.3.4	10.403	62.666
		<u>70.351</u>	<u>189.026</u>
Total		<u>84.824</u>	<u>203.499</u>

21.3.1 Ágio na emissão de ações

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**21.3.2 Retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

Durante o exercício de 2017, o saldo de 31 de dezembro de 2016 de R\$48.066 foi acrescido do montante de R\$14.721 em consequência do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 17.2, resultando em um montante total de R\$62.787. Em decorrência do ajuste de exercícios anteriores mencionado na nota 3, o referido saldo foi utilizado para compensação de Prejuízos acumulados.

21.3.3 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

A redução do saldo da reserva no exercício de 2017 de R\$20.736 é decorrente da compensação de Prejuízos acumulados provenientes de ajustes de exercícios anteriores, conforme mencionado na nota 3.

21.3.4 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$62.666, R\$47.945 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 16) e R\$14.721 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 17.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 19 de abril de 2017.

21.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Ganhos	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2017
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	501	63		564
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(170)		(21)	(191)
	331	63	(21)	373

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

Nota	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Suprimento de energia elétrica	34.793	34.777	6.350	5.921
Energia de curto prazo	3.236	4.095	623	144
Arrendamentos e aluguéis	7		187.436	300.781
Outras receitas operacionais			646	600
Receita operacional bruta	38.029	38.872	195.055	307.446
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(18.043)	(28.439)
P&D			(61)	(52)
Outros encargos			(160)	(205)
	-	-	(18.264)	(28.696)
Receitas	38.029	38.872	176.791	278.750

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2017					2016
		Custo do serviço		Despesas operacionais			Total
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	
Energia elétrica comprada para revenda		(465)				(465)	(59)
Encargos de uso da rede elétrica		1.615				1.615	1.504
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.1		8.759	4.120		12.879	13.176
Material			1.089	149		1.238	1.099
Serviços de terceiros	23.2		7.345	5.197		12.542	13.650
Depreciação			46.993	1.300		48.293	41.937
Amortização			2.740	143		2.883	2.148
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.704	1.704	(66)
Aluguéis e arrendamentos				401		401	396
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(48)	(48)	(80)
Outras		5	1.212	377	47	1.641	1.563
Total		1.155	68.138	11.687	1.703	82.683	75.268

23.1 Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal		
Remuneração	6.316	6.693
Encargos	2.179	2.314
Previdência privada - Corrente	58	62
Benefício pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	196	228
Programa de demissão voluntária	2	
Despesas rescisórias	391	47
Participação no Lucros e Resultados - PLR	1.076	1.173
Outros benefícios - Corrente	1.540	1.611
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	39	31
	11.797	12.159
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.079	1.015
Benefícios dos administradores	3	2
	1.082	1.017
	12.879	13.176

23.2 Serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços de consultoria	2.226	1.261
Serviços de manutenção	4.773	5.087
Serviços de limpeza e vigilância	1.394	1.384
Serviços ambientais	456	2.649
Serviços de informática	2.233	1.838
Serviços de publicação e publicidade	756	561
Outros	704	870
	12.542	13.650

24 Resultado financeiro

	Nota	2017	2016
Receitas financeiras			Reapresentado
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		3.341	8.291
Energia vendida		19	53
Juros e multa sobre tributos	8	354	601
Outros juros e variações monetárias		632	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(216)	(419)
Outras receitas financeiras		61	78
		4.191	8.604
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(19.982)	(52.165)
Ajustes a valor presente	17.2	(7.032)	(6.847)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	8	(4.241)	(3.819)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(2.081)	(1.803)
Uso do bem público			(5.097)
Generation Scaling Factor - GSF			(58)
Benefícios pós-emprego	18.1	(84)	(70)
Outros juros e variações monetárias			(1.221)
Ajustes a valor presente		(3.293)	(1.195)
Outras despesas financeiras		(47)	(16)
		(36.760)	(72.291)
		(32.569)	(63.687)

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	IRPJ / CSLL	
	2017	2016 Reapresenta- do
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	61.539	139.795
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(20.923)	(47.530)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	2	(5)
Juros sobre o capital próprio	15.300	21.262
Juros sobre as ações preferenciais	(8.281)	(19.079)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		932
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	140	
Incentivos fiscais	35	24
Despesa de IRPJ e CSLL	(13.727)	(44.396)
Alíquota Efetiva	22,3%	31,8%

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2016 Reapresenta- do
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	34.044	70.453
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.379	2.853
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	9.074	18.778
	47.812	95.399
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,08465	0,17517
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,08465	0,17517
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,08465	0,17517

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 21.2	Resultado por classe de ações
2016			
Ordinárias (ON)	48.792	21.661	70.453
Preferenciais Classe "R" (PNR)	31.002	(27.876)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.976	877	2.853
Preferenciais Classe "B" (PNB)	625	(436)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	13.004	5.774	18.778
	95.399	-	95.399
2017			
Ordinárias (ON)	24.454	9.590	34.044
Preferenciais Classe "R" (PNR)	15.538	(12.412)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	990	389	1.379
Preferenciais Classe "B" (PNB)	313	(124)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	6.517	2.557	9.074
	47.812	-	47.812

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

		Valor justo		Valor contábil		
	Nota	Níveis	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	22.997	24.729	22.997	24.729
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento			593	983	593	983
Concessionárias	6		1.303	932	1.303	932
Rendas a receber	7		15.620	25.065	15.620	25.065
Outros créditos - Partes relacionadas	12		4	54	4	54
			40.517	51.763	40.517	51.763
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	15		2.846	2.218	2.846	2.218
Uso do bem público	19		38.490	39.805	47.597	49.759
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda nacional			93.757	94.942	93.757	94.942
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12		862	48	862	48
			135.955	137.013	145.062	146.967

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

Notas Explicativas**Notas explicativas****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,7% a.a. que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da empresa.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas debaixo de uma mesma diretoria.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.506	1.506	376	753	(376)	(753)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.506	1.506	376	753	(376)	(753)
		1.506	1.506	376	753	(376)	(753)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo estável em 7,00% a.a.

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 7). A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	31/12/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.412	271	163			2.846
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				862		862
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			8.488	15.660	69.609	93.757
Uso do bem público	395	777	3.402	19.421	23.602	47.597
	<u>2.807</u>	<u>1.048</u>	<u>12.053</u>	<u>35.943</u>	<u>93.211</u>	<u>145.062</u>
						<u>146.967</u>

27.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2017 foi negativo em R\$68.504 (R\$76.580 negativo em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, às suas obrigações tributárias, as quais poderão ser pagas com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos ou intra-grupo, se necessário.

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Classificação da instituição financeira			
AAA		22.997	
AA			24.729
	5	<u>22.997</u>	<u>24.729</u>

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos	93.757	94.942
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.590)</u>	<u>(25.712)</u>
Dívida líquida	70.167	69.230
Total do Patrimônio Líquido	889.656	924.766
Total do capital	<u>959.823</u>	<u>993.996</u>
Índice de alavancagem financeira - %	7,31%	6,96%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**28.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Efeito não caixa		
				Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2017
Dividendos	16	43.920	(89.090)		77.711	32.541
Empréstimos e financiamentos	17	94.942	(26.705)	7.032	18.488	93.757
		138.862	(115.795)	7.032	96.199	126.298

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2017	2016
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	29.766	41.169
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	359	5.163
Total	30.125	46.332

29 Compromissos contratuais e Garantias
29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2017				31/12/2016	
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	204				204	492
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	25.355	11.993	2.121		39.469	46.741
Prêmio de risco - GSF				297	297	272
	25.559	11.993	2.121	297	39.970	47.505

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017				31/12/2016	
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	161				161	407
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	20.018	10.000	1.894		31.912	38.723
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	20.179	10.000	1.894	872	32.945	40.002

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Aval de acionista	Seguro de vida	9.385	9.390
Fiança bancária	Ações judiciais	1.142	1.128
Seguro garantia	Ações judiciais	6.601	5.739
		17.128	16.257

30 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	25.736	225.736	12.002	200.000
Usina	972.428		1.042.261	
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101	1.462	1.462
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Seguro de vida	9.385	(*)	9.390	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.389.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$18.218; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$82.705.

* * *

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Hamilton Carlos Naves
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com
Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Pedro Akos Litsek
Diretor Vice-Presidente

José Cherem Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Júnior
Diretor de Relações Institucionais e de
Comunicação

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

**João António de Sousa Araújo Ribeiro da
Costa**
Conselheiro

Paulo Afonso Teixeira Machado
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

CONTABILIDADE

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de
Ativos

Leonardo Nery dos Santos
Contador - CRC 1SP-261342/O-2 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Proposta de Orçamento de Capital



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Não há proposta de Orçamento de Capital para a Companhia, devido à distribuição integral do lucro.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Investco S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, o principal assunto de auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Ações preferenciais resgatáveis (Nota 21.1)

Porque é um PAA

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais. Dentre elas, as ações preferenciais classes "A", "B" e "C" são resgatáveis até o término do contrato de concessão, ou seja, até 15 de janeiro de 2033. Em razão de a Companhia não ter o direito de evitar a entrega de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, o valor correspondente dessas ações vem sendo classificado nas demonstrações financeiras como um instrumento financeiro de dívida e descontado a valor presente.

Mantivemos foco nessa área em razão da relevância dessa transação no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que qualquer mudança nas condições ou circunstâncias poderiam trazer ajustes significativos na posição patrimonial e financeira e, conseqüentemente, no desempenho da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram leitura das atas do Conselho de Administração e das atas de assembleias dos acionistas, a fim de verificar eventuais alterações nas condições das ações preferenciais classes "A", "B" e "C", que pudesse alterar a classificação contábil nas demonstrações financeiras.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que não ocorreram modificações que pudessem alterar, neste exercício, a classificação contábil dessas ações nas demonstrações financeiras ou que impactassem as divulgações nas notas explicativas.

Provisões e obrigações fiscais (Notas explicativas 2.4, 3, 8 e 20.1)

Porque é um PAA

Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das

demonstrações financeiras nos próximos exercícios estão as provisões fiscais, cíveis e trabalhistas.

Especialmente os casos de natureza tributária, decorrem de discussões em relação à escrituração fiscal, interpretações e aplicações de normas nos cálculos de tributos. A administração, com o apoio de seus consultores tributários internos e externos, discute a aplicação das normas tributárias e estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, contabilizando aqueles que terão provável saída de recursos da entidade.

Esse assunto envolve julgamento da administração na leitura e interpretação de normas tributárias, bem com evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo dos anos. Com isso, o desfecho, quando ocorrer, e os valores envolvidos definitivos, podem ser diferentes daqueles considerados para provisão ou divulgação. Por essa razão, essa foi uma das áreas que mereceu especial atenção da auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes de efetividade dos correspondentes controles internos.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária entendemos o objeto das principais questões, dos processos em andamento e testamos a documentação suporte da avaliação da Administração, relacionada à determinação de valores e opiniões de consultores internos e externos, quando aplicável. Para selecionadas opiniões, solicitamos e obtivemos confirmação direta dos consultores jurídicos responsáveis pelos processos.

Sugerimos ajustes contábeis, processados pela administração e que gerou reapresentação das demonstrações financeiras (Nota 3) e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes.

Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte estão consistentes com o nosso entendimento sobre os temas envolvidos, e com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017 às 10:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido período.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 21 de fevereiro de 2018, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 26 de outubro de 2017, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 21 de fevereiro de 2018, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle